



CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PARÁ

Assistente Social

EDITAL Nº 01/2024 DE 27 DE SETEMBRO
DE 2024

CÓD: OP-016ST-24
7908403563876

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.....	9
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	10
3. emprego de tempos e modos dos verbos em português	10
4. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	13
5. processos de formação de palavras.....	19
6. mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	20
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	25
8. concordância nominal e verbal.....	29
9. transitividade e regência de nomes e verbos	31
10. padrões gerais de colocação pronominal no português	32
11. mecanismos de coesão textual.....	33
12. Ortografia.....	34
13. Acentuação gráfica.....	34
14. Emprego do sinal indicativo de crase.....	35
15. Pontuação	35
16. Estilística: figuras de linguagem	39
17. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	42
18. variação linguística: norma culta	48

Raciocínio Lógico Matemático

1. Proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. Conjuntos e suas operações, diagramas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Problemas de lógica e raciocínio.....	59
2. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	84
3. Porcentagem.....	92
4. Proporcionalidade direta e inversa	94
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	95
6. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	97
7. Problemas de contagem e noções de probabilidade.....	101
8. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	106

Atualidades

1. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.....	117
2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.....	118
3. Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira; cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão).....	120
4. elementos de economia internacional contemporânea.....	121
5. panorama da economia brasileira.....	123
6. Ética e cidadania.....	124
7. Relações humanas no trabalho.....	126

Legislação Específica

1. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): princípios e objetivos; Controle social; Tipos e níveis de gestão do SUAS.....	129
2. Serviço público: política pública de Assistência Social.....	145
3. Proteção Social Básica – PSB.....	149
4. Proteção Social Especial – PSE. Proteção Social Especial – Média complexidade: serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.....	156
5. Serviço de Proteção Social e Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade - LA/PSC.....	159
6. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Abordagem Social.....	166
7. Vigilância Socioassistencial.....	172
8. Lei nº 8.069/1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências): Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente; Política de Atendimento; Medidas de Proteção; Medidas aplicáveis aos pais ou responsável; Ato Infracional e Medidas Socioeducativas; Direitos Individuais; O Conselho Tutelar; A justiça da Infância e da Juventude: procedimentos e recursos. Crimes Previstos no ECA.....	174

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.....	229
2. O Serviço Social na contemporaneidade.....	234
3. A dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social.....	236
4. Materialismo Histórico Dialético e a práxis profissional.....	237
5. Princípios fundamentais do código de ética profissional; Serviço Social: direitos e competências profissionais.....	243
6. Serviço Social e Economia Política.....	250
7. Ética Profissional do Assistente Social na área da saúde.....	251
8. Serviço Social e a emissão de relatórios, laudos e pareceres; instrumentos e técnicas do Serviço Social.....	253
9. Metodologias participativas para grupos.....	260
10. Supervisão de Estágio.....	261

ÍNDICE

11. Controle Social e Participação em Políticas Públicas	263
12. Planejamento: programas, projetos, serviços e benefício	267
13. Serviço Social e o sistema de seguridade social.....	269
14. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	300
15. Serviço Social e trabalho com famílias.....	301
16. Questão Social e saúde	307
17. Reforma Sanitária e política de saúde no Brasil; Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil	309
18. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção	318
19. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica	322
20. Níveis de proteção em saúde.....	328
21. Programas de saúde	329
22. Política antidrogas e redução de danos	331
23. Estatuto da Criança e do Adolescente	337
24. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	376
25. Estatuto do Idoso	393
26. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993)	404

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinado espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

SEMÂNTICA: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS; CAMPOS SEMÂNTICOS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antonimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes. **Ex:** *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes. **Ex:** *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monosssemia

As palavras **polissêmicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase. **Ex:** *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado. **Ex:** *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal. **Ex:** *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado. **Ex:** *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente. **Ex:** *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo. **Ex:** *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado. **Ex:** *loiro – louro* / *enfarte – infarto* / *gatinhar – engatinhar.*

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente. **Ex:** *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade.*

EMPREGO DE TEMPOS E MODOS DOS VERBOS EM PORTUGUÊS

Verbos

Os verbos podem ser flexionados em três tempos: pretérito (passado), presente e futuro, de maneira que o pretérito e o futuro possuem subdivisões.

Eles também se dividem em três flexões de modo: indicativo (certeza sobre o que é passado), subjuntivo (incerteza sobre o que é passado) e imperativo (expressar ordem, pedido, comando).

- Tempos simples do modo indicativo: presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

- Tempos simples do modo subjuntivo: presente, pretérito imperfeito, futuro.

Os tempos verbais compostos são formados por um verbo auxiliar e um verbo principal, de modo que o verbo auxiliar sofre flexão em tempo e pessoa, e o verbo principal permanece no particípio. Os verbos auxiliares mais utilizados são “*ter*” e “*haver*”.

- Tempos compostos do modo indicativo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

- Tempos compostos do modo subjuntivo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro.

As formas nominais do verbo são o infinitivo (*dar, fazerem, aprender*), o particípio (*dado, feito, aprendido*) e o gerúndio (*dando, fazendo, aprendendo*). Eles podem ter função de verbo ou função de nome, atuando como substantivo (infinitivo), adjetivo (particípio) ou advérbio (gerúndio).

Tipos de verbos

Os verbos se classificam de acordo com a sua flexão verbal. Desse modo, os verbos se dividem em:

Regulares: possuem regras fixas para a flexão (*cantar, amar, vender, abrir...*)

- Irregulares: possuem alterações nos radicais e nas terminações quando conjugados (*medir, fazer, poder, haver...*)

- Anômalos: possuem diferentes radicais quando conjugados (*ser, ir...*)

- Defectivos: não são conjugados em todas as pessoas verbais (*falir, banir, colorir, adequar...*)

- Impessoais: não apresentam sujeitos, sendo conjugados sempre na 3ª pessoa do singular (*chover, nevar, escurecer, anoitecer...*)

- Unipessoais: apesar de apresentarem sujeitos, são sempre conjugados na 3ª pessoa do singular ou do plural (*latir, miar, cus- tar, acontecer...*)

- Abundantes: possuem duas formas no particípio, uma regular e outra irregular (*aceitar = aceito, aceitado*)

• Pronominais: verbos conjugados com pronomes oblíquos átonos, indicando ação reflexiva (*suicidar-se, queixar-se, sentar-se, pentear-se...*)

- Auxiliares: usados em tempos compostos ou em locuções verbais (*ser, estar, ter, haver, ir...*)
- Principais: transmitem totalidade da ação verbal por si próprios (*comer, dançar, nascer, morrer, sorrir...*)
- De ligação: indicam um estado, ligando uma característica ao sujeito (*ser, estar, parecer, ficar, continuar...*)

Vozes verbais

As vozes verbais indicam se o sujeito pratica ou recebe a ação, podendo ser três tipos diferentes:

- Voz ativa: sujeito é o agente da ação (*Vi o pássaro*)
- Voz passiva: sujeito sofre a ação (*O pássaro foi visto*)
- Voz reflexiva: sujeito pratica e sofre a ação (*Vi-me no reflexo do lago*)

Ao passar um discurso para a voz passiva, é comum utilizar a partícula apassivadora “**se**”, fazendo com o que o pronome seja equivalente ao verbo “ser”.

Conjugação de verbos

Os tempos verbais são primitivos quando não derivam de outros tempos da língua portuguesa. Já os tempos verbais derivados são aqueles que se originam a partir de verbos primitivos, de modo que suas conjugações seguem o mesmo padrão do verbo de origem.

- 1ª conjugação: verbos terminados em “-ar” (*aproveitar, imaginar, jogar...*)
- 2ª conjugação: verbos terminados em “-er” (*beber, correr, erguer...*)
- 3ª conjugação: verbos terminados em “-ir” (*dormir, agir, ouvir...*)

Confira os exemplos de conjugação apresentados abaixo:

Verbo Lutar

Gerúndio: lutando

Particípio passado: lutado

Infinitivo: lutar

Tipo de verbo: regular

Transitividade: transitivo e intransitivo

Separação silábica: lu-tar

Indicativo		
Presente	Pretérito Imperfeito	Pretérito Perfeito
eu luto tu lutas ele luta nós lutamos vós lutais eles lutam	eu lutava tu lutavas ele lutava nós lutávamos vós lutáveis eles lutavam	eu lutei tu lutaste ele lutou nós lutamos vós lutastes eles lutaram
Pretérito Mais-que-perfeito	Futuro do Presente	Futuro do Pretérito
eu lutara tu lutaras ele lutara nós lutáramos vós lutáreis eles lutaram	eu lutarei tu lutarás ele lutará nós lutaremos vós lutareis eles lutarão	eu lutaria tu lutarias ele lutaria nós lutaríamos vós lutaríeis eles lutariam

Subjuntivo		
Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro
que eu lute que tu lutes que ele lute que nós lutemos que vós luteis que eles lutem	se eu lutasse se tu lutasses se ele lutasse se nós lutássemos se vós lutásseis se eles lutassem	quando eu lutar quando tu lutares quando ele lutar quando nós lutarmos quando vós lutardes quando eles lutarem

Imperativo		Infinitivo
Imperativo Afirmativo	Imperativo Negativo	Infinitivo Pessoal
-- luta tu lute você lutemos nós lutai vós lutem vocês	-- não lutes tu não lute você não lutemos nós não luteis vós não lutem vocês	por lutar eu por lutares tu por lutar ele por lutarmos nós por lutardes vós por lutarem eles

Fonte: www.conjugação.com.br/verbo-lutar

Verbo Impor

Este verbo é derivado do verbo pôr, considerado um verbo irregular da 2.^a conjugação. Assim, deverá ser conjugado conforme o verbo pôr. Não deverá, contudo, ser escrito com acento circunflexo na sua forma infinitiva.

Gerúndio: impondo

Tipo de verbo: irregular

Particípio passado: imposto

Transitividade: transitivo direto, transitivo indireto, transitivo direto e indireto e pronominal

Infinitivo: impor

Separação silábica: im-por

Indicativo		
Presente	Pretérito Imperfeito	Pretérito Perfeito
eu imponho* tu impões* ele impõe* nós impomos* vós impondes* eles impõem*	eu impunha* tu impunhas* ele impunha* nós impúnhamos* vós impúnheis* eles impunham*	eu impus* tu impuseste* ele impôs* nós impusemos* vós impusestes* eles impuseram*
Pretérito Mais-que-perfeito	Futuro do Presente	Futuro do Pretérito
eu impusera* tu impuseras* ele impusera* nós impuséramos* vós impuséreis* eles impuseram*	eu imporei* tu imporás* ele imporá* nós imporemos* vós imporeis* eles imporão*	eu imporia* tu imporias* ele imporia* nós imporíamos* vós imporieis* eles imporiam*

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS. CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS. ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELEÇER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS: RACIOCÍNIO VERBAL, RACIOCÍNIO MATEMÁTICO, RACIOCÍNIO SEQUENCIAL, RECONHECIMENTO DE PADRÕES, ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL, FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS. PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)

B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)

C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:

(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

() Certo

() Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Go!! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

– “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”

– A expressão $x + y$ é positiva.

– O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

– Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

– O que é isto?

Há exatamente:

(A) uma proposição;

(B) duas proposições;

(C) três proposições;

(D) quatro proposições;

(E) todas são proposições.

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: PROBLEMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASPECTOS LOCAIS E ASPECTOS GLOBAIS

O meio ambiente e a sociedade estão interligados de maneira indissociável, uma vez que as atividades humanas impactam o ambiente, e a saúde do planeta reflete diretamente na qualidade de vida humana. Nas últimas décadas, o aumento da conscientização sobre os problemas ambientais levou à formulação de políticas públicas, ao crescimento do papel das organizações não governamentais (ONGs) e ao fortalecimento de um debate que abrange tanto questões locais quanto globais.

Neste texto, exploraremos os principais problemas ambientais enfrentados hoje, as respostas institucionais e comunitárias, e como as ONGs e as políticas públicas atuam para mitigar esses desafios. Serão abordados também os aspectos locais e globais dessas questões, destacando a complexidade de ações necessárias em diferentes escalas.

Problemas Ambientais Atuais

Os problemas ambientais que a sociedade enfrenta hoje são diversos e interconectados. Alguns dos principais desafios incluem:

- Aquecimento global e mudanças climáticas: O aumento das emissões de gases de efeito estufa, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis, está provocando mudanças significativas no clima. Isso inclui o derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e alterações nos padrões de precipitação.

- Desmatamento e perda de biodiversidade: A destruição de florestas, especialmente na Amazônia e outras regiões tropicais, contribui para a perda de habitats, extinção de espécies e desequilíbrio nos ecossistemas. Esse problema é agravado pela exploração de recursos naturais e pela expansão da fronteira agrícola.

- Poluição dos recursos hídricos e solo: O uso excessivo de agrotóxicos, a contaminação por resíduos industriais e o despejo de lixo em rios e mares ameaçam a saúde dos ecossistemas aquáticos e terrestres. Esses poluentes também afetam diretamente a saúde humana, contaminando alimentos e fontes de água potável.

- Urbanização descontrolada: O crescimento rápido e desordenado das cidades, sem planejamento adequado, resulta em problemas como a falta de saneamento básico, poluição atmosférica, e aumento de resíduos sólidos, o que impacta diretamente a saúde pública e o meio ambiente.

Esses problemas são agravados pela relação descompensada entre as necessidades econômicas e a proteção ambiental, criando um cenário onde a exploração excessiva de recursos ameaça a sustentabilidade do planeta.

Políticas Públicas Ambientais

Diante dos problemas ambientais, os governos têm implementado uma série de políticas públicas com o objetivo de mitigar os impactos e promover o desenvolvimento sustentável. No Brasil, por exemplo, o arcabouço legal é robusto, com destaque para:

- A Constituição Federal de 1988 (artigo 225): Que estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.

- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81): Essa lei cria mecanismos para o controle da poluição e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsável pela coordenação de ações entre os órgãos ambientais em âmbito federal, estadual e municipal.

- Código Florestal (Lei nº 12.651/12): Regulamenta a proteção das florestas e define áreas de preservação permanente e de reserva legal nas propriedades rurais, essenciais para a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10): Estabelece a gestão integrada e o manejo adequado dos resíduos sólidos, incentivando a reciclagem, a compostagem e a redução da geração de lixo.

Essas políticas públicas refletem um esforço institucional para lidar com os problemas ambientais, mas sua eficácia depende de fiscalização, controle social e uma mudança de mentalidade quanto à forma como a sociedade consome e interage com o ambiente.

O Papel das Organizações Não Governamentais (ONGs)

As ONGs desempenham um papel crucial na proteção ambiental, atuando em diferentes frentes, desde o monitoramento das políticas públicas até a implementação de projetos de conservação e educação ambiental. Algumas das principais contribuições das ONGs incluem:

- Advocacy e pressão política: Organizações como Greenpeace e WWF têm atuado ativamente para pressionar governos e empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e implementarem políticas ambientais mais rigorosas.

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

- Educação ambiental: Muitas ONGs promovem campanhas de conscientização e educação ambiental, visando sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente e de práticas sustentáveis.

- Conservação e manejo de áreas protegidas: Diversas ONGs atuam na gestão de reservas ambientais e projetos de conservação de espécies ameaçadas, como o Instituto Socioambiental (ISA) no Brasil, que trabalha pela preservação de territórios indígenas e da Amazônia.

- Monitoramento e fiscalização: ONGs frequentemente realizam estudos e monitoram a situação ambiental em regiões críticas, ajudando a denunciar crimes ambientais, como desmatamento ilegal, queimadas e poluição industrial.

A atuação das ONGs, em muitos casos, complementa e até supre lacunas deixadas pelo poder público, principalmente em regiões onde a fiscalização é insuficiente ou há corrupção.

Aspectos Locais e Globais do Meio Ambiente

A questão ambiental apresenta um caráter dual: muitos problemas ambientais têm causas e impactos locais, mas também há desafios de escala global que exigem cooperação internacional.

- Aspectos locais: Questões como poluição urbana, saneamento básico e manejo de resíduos sólidos são problemas que afetam diretamente as comunidades locais. A solução desses desafios requer políticas públicas municipais e estaduais, além da mobilização da sociedade civil.

- Aspectos globais: O aquecimento global e a mudança climática são exemplos de problemas cuja solução depende da ação conjunta de países ao redor do mundo. Acordos internacionais como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris são tentativas de mitigar esses problemas por meio da cooperação global, estabelecendo metas de redução de emissões e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Portanto, enquanto o enfoque local é essencial para a resolução de problemas imediatos e específicos, é imprescindível uma abordagem global que coordene esforços para enfrentar desafios maiores que ultrapassam fronteiras.

Conclusão

O meio ambiente e a sociedade enfrentam desafios complexos e interconectados. As políticas públicas e a atuação das ONGs são fundamentais para mitigar os problemas ambientais e promover um desenvolvimento mais sustentável. No entanto, a solução desses problemas não se dá apenas no âmbito local ou global, mas exige uma ação integrada e coordenada em diferentes níveis.

A conscientização da sociedade, aliada a uma governança eficaz e à atuação de ONGs, é crucial para garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações. O sucesso das políticas ambientais depende, em grande parte, do engajamento de todos os setores da sociedade, desde o poder público até o cidadão comum.

A ciência e a tecnologia são motores fundamentais do progresso humano, transformando a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos com o mundo. As descobertas e inovações científicas mais recentes têm proporcionado avanços extraordinários em diversas áreas, como saúde, inteligência artificial, energias renováveis e exploração espacial. Esses avanços não só ampliam o conhecimento humano, mas também geram impactos significativos na sociedade contemporânea, tanto positivos quanto desafiadores.

Este texto explorará algumas das principais descobertas e inovações científicas da atualidade, discutindo seus impactos e as transformações que promovem em diferentes esferas da sociedade.

Avanços na Saúde e Medicina

A área da saúde é um dos campos que mais se beneficia de inovações científicas. Algumas descobertas recentes têm o potencial de revolucionar o tratamento de doenças e a qualidade de vida da população:

- Terapia gênica e edição genética (CRISPR-Cas9): A técnica de edição genética CRISPR tem possibilitado alterações precisas no DNA, abrindo caminho para tratamentos personalizados de doenças genéticas, como a distrofia muscular e alguns tipos de câncer. Além disso, essa tecnologia promete avanços na agricultura e no combate a vírus, como o HIV.

- Vacinas de mRNA: O desenvolvimento de vacinas baseadas em RNA mensageiro (como as vacinas contra a COVID-19) representa uma revolução no campo da imunologia. Esse tipo de vacina pode ser desenvolvido rapidamente e adaptado a novas variantes de vírus, oferecendo uma resposta mais ágil a pandemias e outras ameaças infecciosas.

- Inteligência Artificial (IA) na medicina: Sistemas de IA estão sendo usados para melhorar o diagnóstico médico, análise de exames e desenvolvimento de tratamentos personalizados. Algoritmos de IA são capazes de analisar grandes volumes de dados com mais rapidez e precisão do que os humanos, detectando padrões que podem indicar doenças em estágios iniciais.

Essas inovações têm impacto direto na longevidade, na redução de mortalidade por doenças graves e no aumento da eficiência dos sistemas de saúde. Contudo, também levantam questões éticas sobre a manipulação genética e o acesso equitativo a essas tecnologias avançadas.

Revolução da Inteligência Artificial e Automação

A Inteligência Artificial (IA) é uma das inovações mais transformadoras da atualidade, com aplicações em diversos setores. Seu impacto na sociedade contemporânea é profundo, especialmente no que diz respeito à automação, economia e mercado de trabalho:



- Automação de processos industriais e de serviços: A robótica e a automação, impulsionadas por IA, têm substituído atividades manuais e repetitivas em fábricas, escritórios e até no atendimento ao cliente. Isso gera aumento de eficiência e redução de custos para as empresas, mas também levanta preocupações sobre a substituição de empregos humanos por máquinas.

- Veículos autônomos: Carros, caminhões e drones autônomos estão em desenvolvimento e já são parcialmente utilizados em alguns países. Esses veículos têm o potencial de reduzir acidentes, otimizar o transporte de mercadorias e transformar a logística urbana, mas enfrentam desafios regulatórios e de segurança.

- IA na criação de conteúdo e na arte: Ferramentas de IA têm sido usadas para gerar textos, música, imagens e até filmes. Embora essas inovações expandam a criatividade humana, também geram debates sobre propriedade intelectual, autoria e o papel do artista no futuro.

O impacto social da IA é ambivalente: por um lado, melhora a produtividade e a eficiência; por outro, levanta preocupações sobre a substituição de trabalhadores e a concentração de poder econômico nas mãos de grandes corporações de tecnologia.

Energias Renováveis e Sustentabilidade

As descobertas científicas no campo das energias renováveis estão mudando o panorama energético global, com profundas implicações para a sociedade e o meio ambiente:

- Energia solar e eólica: Tecnologias fotovoltaicas e eólicas têm se tornado mais eficientes e acessíveis, permitindo a produção de energia limpa e renovável em escala crescente. A queda dos custos de instalação e a melhoria no armazenamento de energia com baterias de longa duração estão tornando essas fontes uma alternativa viável aos combustíveis fósseis.

- Hidrogênio verde: O hidrogênio é visto como uma das promessas para a descarbonização de setores industriais e de transporte que são difíceis de eletrificar. O desenvolvimento de tecnologias para produzir hidrogênio de forma limpa (usando energias renováveis) está ganhando destaque em países que buscam neutralidade de carbono.

- Biotecnologia e economia circular: A biotecnologia tem permitido o desenvolvimento de materiais biodegradáveis, biocombustíveis e métodos de reciclagem mais eficientes. A economia circular, que promove o reuso e a reciclagem de recursos, está sendo impulsionada por essas inovações, ajudando a reduzir o impacto ambiental das atividades humanas.

Essas inovações são essenciais para mitigar as mudanças climáticas e promover um desenvolvimento mais sustentável. No entanto, sua implementação global enfrenta desafios econômicos e políticos, especialmente em países que ainda dependem fortemente de combustíveis fósseis.

Exploração Espacial e Inovações Tecnológicas

A exploração espacial, que por muitos anos foi limitada a missões governamentais, entrou em uma nova fase com o avanço da iniciativa privada e inovações tecnológicas:

- Exploração de Marte e colonização espacial: Empresas como SpaceX e missões de agências espaciais têm feito progressos significativos no envio de sondas, robôs e, no futuro, humanos a Marte. A longo prazo, a colonização de outros planetas pode se tornar uma realidade, abrindo novas fronteiras para a humanidade.

- Tecnologia de satélites e internet global: O uso de satélites para fornecer internet de alta velocidade a regiões remotas, como o projeto Starlink, está expandindo o acesso à comunicação e à informação globalmente. Isso pode reduzir as desigualdades digitais e promover o desenvolvimento em áreas rurais ou menos desenvolvidas.

- Asteroides e mineração espacial: A mineração de asteroides, ainda em fase de desenvolvimento, visa a extração de metais raros e outros recursos naturais do espaço. Isso pode aliviar a pressão sobre os recursos da Terra, mas também levanta questões sobre a regulamentação e o impacto ambiental da exploração espacial.

Essas inovações, além de expandirem o conhecimento humano sobre o cosmos, também podem abrir novas oportunidades econômicas e científicas, mas exigem a criação de um marco regulatório para garantir que essa expansão ocorra de maneira responsável e equitativa.

Conclusão

As descobertas e inovações científicas da atualidade têm um impacto profundo e abrangente na sociedade contemporânea. Seja na saúde, na automação, na sustentabilidade ou na exploração espacial, essas inovações estão moldando o futuro da humanidade. No entanto, à medida que essas tecnologias avançam, é essencial que a sociedade também enfrente os desafios éticos, econômicos e sociais que surgem, garantindo que os benefícios sejam amplamente distribuídos e que os riscos sejam cuidadosamente gerenciados.

A ciência continuará a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade, e a maneira como lidamos com as implicações dessas descobertas determinará o futuro da civilização.

MUNDO CONTEMPORÂNEO: ELEMENTOS DE POLÍTICA INTERNACIONAL E BRASILEIRA; CULTURA INTERNACIONAL E CULTURA BRASILEIRA (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, JORNAIS, REVISTAS E TELEVISÃO)

O mundo contemporâneo é marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais que afetam as relações internacionais e a vida nacional dos países. No âmbito político, tanto o Brasil quanto a comunidade internacional enfrentam desafios como globalização, multilateralismo, tensões geopolíticas e crises ambientais. Por outro lado, o campo cultural, em constante evolução, reflete essas mudanças e, ao mesmo tempo, influencia as sociedades, seja por meio da música, literatura, cinema, arquitetura ou outras formas de expressão artística.

Neste texto, exploraremos os elementos fundamentais da política internacional e brasileira, bem como a cultura internacional e a cultura brasileira, destacando suas interações e influências mútuas.

Elementos da Política Internacional Contemporânea

A política internacional na atualidade é definida por um cenário multipolar, no qual várias potências regionais e globais disputam influência. Dentre os principais elementos, destacam-se:

- Globalização e interdependência: A globalização econômica e tecnológica interliga os países de maneira inédita. A interdependência entre as nações, que abrange comércio, finanças e tecnologia, também expõe os países a crises globais, como a pandemia de COVID-19, que demonstrou a necessidade de cooperação internacional.

- Geopolítica e novos atores globais: A ascensão da China como potência global, a resiliência dos Estados Unidos e o papel emergente de países como Índia e Brasil têm moldado um novo equilíbrio de poder. As tensões entre esses atores, como a rivalidade sino-americana e os conflitos comerciais, geram instabilidade e afetam acordos multilaterais.

- Mudanças climáticas e acordos internacionais: A crise ambiental é um dos grandes desafios da atualidade. Acordos como o Acordo de Paris e a agenda de desenvolvimento sustentável da ONU têm buscado coordenar ações globais para mitigar os efeitos do aquecimento global, o que demanda negociações complexas entre países em diferentes estágios de desenvolvimento.

- Direitos humanos e refugiados: Questões humanitárias, como a migração e a crise dos refugiados, continuam a dominar o cenário internacional, com milhões de pessoas fugindo de conflitos e perseguições. Organizações internacionais, como a ONU e a Cruz Vermelha, desempenham papéis centrais em lidar com essas crises, mas enfrentam desafios diante de políticas restritivas de alguns países.

Esses fatores moldam as relações internacionais e exigem que os países se adaptem a uma nova realidade, onde a diplomacia, o comércio e as políticas ambientais são cada vez mais interligados.

Política Brasileira na Atualidade

No Brasil, o cenário político contemporâneo é marcado por desafios estruturais e pelo papel do país no cenário internacional. Alguns dos principais elementos incluem:

- Polarização política e institucionalidade: O Brasil atravessa um período de intensa polarização política, que afeta tanto as instituições quanto o debate público. A disputa entre diferentes visões de mundo, manifestada nas eleições, nos movimentos sociais e nas redes sociais, torna o diálogo democrático mais complexo.

- Relações internacionais do Brasil: Historicamente, o Brasil tem buscado uma posição de liderança regional e, mais recentemente, um papel de maior relevância global. A política externa brasileira oscila entre períodos de maior alinhamento com potências globais, como os Estados Unidos, e momentos de ênfase na integração regional, como o Mercosul e a cooperação com países em desenvolvimento por meio do BRICS.

- Desafios socioeconômicos e governança: A desigualdade social, o desemprego e a instabilidade econômica são questões centrais na política brasileira contemporânea. Governos têm buscado soluções para esses problemas por meio de reformas econômicas e políticas sociais, mas o progresso é lento e sujeito a crises políticas e financeiras.

Esses elementos refletem as tensões internas e externas que o Brasil enfrenta, ao mesmo tempo em que tenta consolidar sua posição de influência no cenário global.

Cultura Internacional Contemporânea

A cultura internacional contemporânea é diversa e dinâmica, influenciada pelas transformações tecnológicas e pelos processos de globalização. A produção cultural transcende fronteiras, criando interações inéditas entre diferentes tradições e estilos.

- Música e arte global: Movimentos como o pop, o hip-hop e a música eletrônica conquistam audiências globais, enquanto artistas de diferentes países colaboram, criando novas fusões culturais. A música latina, com destaque para o reggaeton, tem ganhado projeção mundial, e artistas asiáticos, como os do K-pop, conquistam fãs em todo o mundo.

- Literatura global: A literatura contemporânea está cada vez mais diversificada, com autores de origens variadas ganhando destaque em prêmios internacionais. Escritores africanos, asiáticos e latino-americanos, por exemplo, abordam temas como identidade, imigração e pós-colonialismo, refletindo as complexidades do mundo globalizado.

- Cinema e séries: O cinema internacional continua a ser uma importante forma de arte e entretenimento. Enquanto Hollywood mantém sua hegemonia, produções de países como Coreia do Sul, Índia (Bollywood) e México têm conquistado maior es-

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): PRINCÍPIOS E OBJETIVOS; CONTROLE SOCIAL; TIPOS E NÍVEIS DE GESTÃO DO SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política pública nacional regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993, que estabelece os direitos de cidadania e os princípios que regem o sistema de proteção social no Brasil. O SUAS organiza e garante o provimento de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais voltados para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

1. Princípios e Diretrizes da Assistência Social (LOAS)

Princípios da Assistência Social segundo a LOAS

Os princípios estabelecidos pela LOAS orientam a oferta de assistência social no Brasil, refletindo os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado. São eles:

1. Universalização dos Direitos Sociais:

- A assistência social deve ser acessível a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo a universalização dos direitos sociais. O objetivo é assegurar a equidade no acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, priorizando as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

2. Igualdade de Direitos:

- A assistência social deve ser prestada sem discriminação de raça, cor, gênero, etnia, crença religiosa ou orientação sexual. O princípio da igualdade assegura que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e oportunidades no acesso à assistência social.

3. Primazia da Responsabilidade do Estado:

- A responsabilidade pela política de assistência social é primariamente do Estado, que deve garantir a oferta de serviços, programas e benefícios que promovam a proteção social. O Estado não pode transferir sua responsabilidade exclusiva para a iniciativa privada, embora possa firmar parcerias para fortalecer a execução da política.

4. Descentralização Político-Administrativa:

- A gestão e execução da assistência social devem ser descentralizadas, ou seja, distribuídas entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A descentralização visa aproximar as políticas e serviços da população, garantindo mais eficiência e qualidade no atendimento.

5. Participação da Sociedade:

- A participação da sociedade é essencial para o controle social da política de assistência social. Através dos Conselhos de Assistência Social, a sociedade civil tem o poder de deliberar sobre os recursos, os serviços e os programas, garantindo a transparência e a efetividade da política.

6. Supremacia do Atendimento às Necessidades Sociais sobre as Exigências de Rentabilidade Econômica:

- A assistência social não deve ser conduzida com base em princípios mercadológicos, ou seja, a prioridade é atender às necessidades sociais dos cidadãos, independentemente de considerações financeiras ou de lucro. Esse princípio reflete o caráter público e social da assistência.

7. Desenvolvimento da Autonomia e Capacidades dos Usuários:

- A assistência social deve promover a autonomia dos indivíduos e das famílias atendidas, proporcionando meios para que superem situações de vulnerabilidade. Isso inclui ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, capacitação para o mercado de trabalho e inclusão social.

Diretrizes da Assistência Social segundo a LOAS

As diretrizes estabelecem como a assistência social deve ser organizada e operacionalizada no Brasil. São elas:

1. Descentralização Político-Administrativa e Comando Único:

- A gestão da assistência social deve ser descentralizada e hierarquizada em níveis federal, estadual e municipal. Cada esfera de governo tem responsabilidades definidas, e o comando único de gestão em cada nível visa garantir a eficiência e a coordenação das ações.

- **União:** Responsável por formular as políticas nacionais, financiar as ações e serviços e realizar a coordenação geral.

- **Estados:** Devem coordenar e articular as políticas regionais e prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

- **Municípios:** São os principais responsáveis pela execução dos serviços e programas assistenciais, garantindo o atendimento direto à população.

2. Participação da População e Controle Social:

- A participação da população no planejamento, execução e fiscalização da assistência social é assegurada pela constituição dos Conselhos de Assistência Social em cada esfera de governo. Esses conselhos são compostos por representantes do governo e da sociedade civil, e têm o papel de acompanhar e avaliar a gestão da política pública de assistência social.

3. Proteção Social Não Contributiva:

- A assistência social é não contributiva, ou seja, não exige contribuição prévia dos cidadãos para que possam acessar os serviços e benefícios. Diferente da previdência social, a assistência social é oferecida a quem precisa, independentemente de contribuição.

4. Primazia do Atendimento às Necessidades Sociais:

- A política de assistência social deve sempre priorizar o atendimento às necessidades sociais dos indivíduos e das famílias em situação de vulnerabilidade. O foco é a proteção social dos que estão em risco ou que vivem em condições de pobreza.

5. Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários:

- A assistência social deve atuar no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, proporcionando condições para que as famílias enfrentem as situações de risco e vulnerabilidade, mantendo a coesão social e o suporte comunitário.

6. Integração com Outras Políticas Públicas:

- A assistência social deve ser articulada com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação, trabalho e previdência social. Essa integração visa garantir a proteção integral das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

2. Organização do SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a estrutura responsável pela gestão e execução da política de assistência social no Brasil. Ele foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), com o objetivo de organizar, de forma descentralizada e participativa, a oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais para a população em situação de vulnerabilidade e risco social.

O SUAS opera em três níveis de governo: federal, estadual e municipal, com funções bem definidas em cada nível, e é sustentado pelos princípios de universalidade de acesso, descentralização e controle social. A seguir, veremos como o SUAS é organizado, suas responsabilidades, os serviços oferecidos e os principais atores envolvidos.

Estrutura do SUAS

O SUAS é organizado em três eixos principais: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Gestão e Controle Social. Essas divisões estruturam a prestação de serviços e benefícios de assistência social no Brasil.

a) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é voltada para a prevenção de situações de risco social e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O objetivo é evitar que famílias e indivíduos entrem em situações de vulnerabilidade social.

Principais Serviços:

- **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):** São unidades públicas que oferecem serviços de caráter preventivo, fortalecendo a convivência familiar e comunitária. Eles atuam como a porta de entrada dos cidadãos aos programas e serviços assistenciais.

- **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** Oferecido pelos CRAS, visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** Complementa o trabalho social com as famílias, promovendo a convivência comunitária e o desenvolvimento das capacidades individuais.

Público-alvo:

- Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, incluindo crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda.

b) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial é destinada a indivíduos e famílias que já estão em situação de risco ou que enfrentam violações de direitos, como violência, abandono, trabalho infantil e outras formas de violação. Ela se subdivide em dois níveis: Média e Alta Complexidade.

1) Proteção Social Especial de Média Complexidade

Destinada a famílias e indivíduos em situação de risco que ainda preservam seus vínculos familiares, mas necessitam de acompanhamento especializado.

Principais Serviços:

- **Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS):** Oferecem serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos.

- **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):** Oferecido pelo CREAS, proporciona proteção integral e atendimento especializado para situações de violência, negligência, abandono, entre outras.

- **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:** Incluem liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade para adolescentes em conflito com a lei.

Público-alvo:

- Crianças, adolescentes, idosos e indivíduos em situação de risco social e pessoal, como vítimas de violência ou negligência.

2) Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Atende a indivíduos que necessitam de atendimento e acolhimento, quando os vínculos familiares e comunitários estão rompidos ou há necessidade de afastamento temporário do convívio familiar.

Principais Serviços:

- **Serviços de Acolhimento Institucional:** Para crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência e idosos. Incluem abrigos institucionais, casas-lares e centros de acolhimento.

- **Serviço de Acolhimento Familiar:** Alternativa ao acolhimento institucional, esse serviço é oferecido por famílias acolhedoras que recebem crianças e adolescentes temporariamente.

- **Repúblicas:** Acolhimento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Público-alvo:

- Indivíduos e famílias que perderam os vínculos familiares e comunitários, como crianças e adolescentes afastados judicialmente do convívio familiar, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de calamidade pública.

Gestão do SUAS

A gestão do SUAS é descentralizada e organizada em três níveis de governo: federal, estadual e municipal, com comando único em cada esfera. Isso significa que cada nível tem suas responsabilidades definidas pela legislação e precisa garantir a coordenação e a execução das políticas públicas de assistência social em suas respectivas áreas.

a) Nível Federal

- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):** É o responsável pela formulação e coordenação da política nacional de assistência social, financiamento das ações e supervisão geral do SUAS.

- **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):** Financia as ações de assistência social nos estados e municípios, transferindo os recursos necessários para a execução dos programas e serviços.

b) Nível Estadual

- Os Estados têm a função de articular e coordenar as ações de assistência social em suas regiões, apoiando tecnicamente e financeiramente os municípios. Além disso, os estados devem implementar e gerenciar serviços regionais de média e alta complexidade.

- **Conselhos Estaduais de Assistência Social:** Fiscalizam e acompanham a execução das políticas estaduais de assistência social.

c) Nível Municipal

- Municípios são responsáveis pela execução direta da política de assistência social, especialmente dos serviços de Proteção Social Básica e Média Complexidade, além de implementar e manter os CRAS e CREAS.

- **Fundo Municipal de Assistência Social:** Recebe os recursos federais e estaduais para garantir a execução dos serviços e benefícios socioassistenciais no município.

- **Conselhos Municipais de Assistência Social:** Têm o papel de fiscalizar, avaliar e deliberar sobre a política de assistência social no município.

Controle Social no SUAS

O controle social no SUAS é exercido por meio dos Conselhos de Assistência Social nas esferas municipal, estadual e federal. Esses conselhos são compostos por representantes do governo e da sociedade civil e têm como função:

- Deliberar sobre a política de assistência social e sua implementação.

- Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados à assistência social.

- Acompanhar a execução dos programas e serviços socioassistenciais.

- Promover a participação da sociedade no planejamento e controle da política de assistência social.

Além disso, as Conferências de Assistência Social, realizadas periodicamente, são espaços de participação popular onde a sociedade discute as diretrizes e os rumos da política de assistência social no país.

Financiamento do SUAS

O financiamento do SUAS é compartilhado entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) é a principal fonte de recursos federais, que são transferidos para os fundos estaduais e municipais de assistência social. Esses recursos financiam:

- Manutenção e ampliação dos serviços socioassistenciais.

- Pagamento de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- Capacitação dos profissionais da assistência social.

- Desenvolvimento de programas e projetos voltados à inclusão social.

Vinculação a Outras Políticas Públicas no SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política pública que atua de forma integrada com outras políticas sociais para garantir uma proteção ampla e inclusiva às populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A vinculação a outras políticas públicas é essencial para promover a inclusão social, melhorar as condições de vida da população e assegurar o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, habitação e trabalho.

A integração intersetorial permite que o SUAS colabore com outras áreas, promovendo ações coordenadas e efetivas, ampliando o impacto das políticas públicas e proporcionando uma rede de proteção social mais abrangente e eficiente. A seguir, discutiremos como o SUAS se vincula às principais políticas públicas e os benefícios dessa integração.

1. Vinculação com a Política de Saúde

A relação entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde (SUS) é crucial, pois muitos dos usuários da assistência social também necessitam de atendimento na rede de saúde pública. A integração entre essas políticas é especialmente importante em situações que envolvem:

- **Populações em situação de vulnerabilidade:** Pessoas em situação de rua, idosos, crianças e adolescentes em abrigos, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e famílias em extrema pobreza necessitam de acesso tanto aos serviços socioassistenciais quanto aos serviços de saúde.

- **Atendimento psicossocial:** As ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são complementadas pelo atendimento psicossocial realizado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do SUS.

- **Cuidados com saúde mental:** Indivíduos em situação de vulnerabilidade social frequentemente apresentam condições de saúde mental que requerem um cuidado interligado entre o SUAS e o SUS.

Exemplos de Integração:

- CRAS e CREAS encaminhando usuários para atendimento em unidades de saúde, CAPS ou hospitais.



- Equipes de saúde trabalhando de forma conjunta com profissionais da assistência social para acompanhar usuários com transtornos mentais ou dependência de substâncias.

- Programas de visitas domiciliares integrando assistentes sociais e profissionais de saúde.

2. Vinculação com a Política de Educação

A educação é uma área fundamental para a promoção da inclusão social e superação da pobreza, sendo uma política pública fortemente integrada ao SUAS. A articulação entre a assistência social e a educação acontece por meio de:

- **Programas de transferência de renda condicionada:** Programas como o Bolsa Família (atualmente substituído pelo Auxílio Brasil) exigem que as famílias mantenham as crianças e adolescentes matriculados na escola e com frequência regular, reforçando a importância da educação.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):** Oferecido nos CRAS, esse serviço promove atividades que complementam a educação formal, desenvolvendo competências sociais e cognitivas de crianças e adolescentes.

- **Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco:** A integração entre escolas e CREAS é fundamental para a identificação e atendimento de crianças e adolescentes que estão em situação de negligência, abuso ou abandono.

Exemplos de Integração:

- Escolas e CRAS/CREAS trabalhando juntos para garantir que crianças e adolescentes em vulnerabilidade mantenham a frequência escolar.

- Programas de erradicação do trabalho infantil, que envolvem tanto a área da educação quanto a assistência social.

- Capacitação educacional oferecida a jovens e adultos em parceria com os serviços de assistência social.

3. Vinculação com a Política de Habitação

A política de assistência social tem grande relevância no atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade habitacional. A integração com a política de habitação visa garantir moradia digna e segura para pessoas que vivem em áreas de risco ou em situação de rua.

- Programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida (agora substituído pelo Casa Verde e Amarela) têm o suporte do SUAS para identificar famílias em extrema vulnerabilidade que necessitam de habitação.

- **População em situação de rua:** O SUAS, por meio dos CREAS e dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), trabalha em parceria com as secretarias de habitação para garantir que essa população tenha acesso a políticas habitacionais.

Exemplos de Integração:

- CREAS e Centro POP auxiliando famílias sem-teto a acessar programas de habitação.

- Serviços de acolhimento temporário para famílias em situação de emergência habitacional, como vítimas de desastres naturais.

- Atuação conjunta para realocação de famílias que vivem em áreas de risco, com apoio de defesa civil, serviços de assistência social e políticas habitacionais.

4. Vinculação com a Política de Trabalho e Renda

A promoção da inclusão produtiva e do acesso ao mercado de trabalho é uma meta importante para a superação da vulnerabilidade social. O SUAS trabalha em parceria com políticas de emprego e renda para oferecer oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

- **Programas de qualificação profissional:** O SUAS se articula com iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e com os serviços oferecidos pelos Sistemas Nacional de Emprego (SINE).

- **Empoderamento econômico:** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos CRAS, atua promovendo a autonomia financeira e a qualificação das famílias, facilitando seu acesso ao mercado de trabalho.

- **Apoio a trabalhadores informais:** Pessoas em situação de vulnerabilidade e que dependem do trabalho informal podem ser orientadas e capacitadas para melhorar sua renda e obter estabilidade econômica.

Exemplos de Integração:

- Cursos profissionalizantes oferecidos em parceria com o Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE), com a participação de beneficiários do SUAS.

- Orientação e encaminhamento ao emprego realizados por equipes dos CRAS em articulação com os SINEs.

- Programas de microcrédito e apoio ao empreendedorismo social voltados para famílias atendidas pelo SUAS.

5. Vinculação com a Política de Segurança Pública

A integração do SUAS com a política de segurança pública é essencial para a proteção de indivíduos e famílias em situação de risco social. Essa parceria visa prevenir e atender casos de violência, abuso e exploração.

- **Apoio às mulheres vítimas de violência:** O SUAS oferece acolhimento a mulheres que sofrem violência doméstica, em articulação com delegacias especializadas, órgãos de segurança e a rede de proteção à mulher.

- **Proteção de crianças e adolescentes:** A articulação com o Conselho Tutelar e órgãos de segurança é fundamental para a proteção de crianças e adolescentes que sofrem maus-tratos, abuso sexual ou que são vítimas de trabalho infantil.

Exemplos de Integração:

- CREAS articulando-se com delegacias e órgãos de segurança para proteger vítimas de violência.

- Programas de prevenção à violência integrando ações entre o SUAS e as forças de segurança pública, como em comunidades vulneráveis ou áreas de risco.

- Acolhimento emergencial de indivíduos em risco de morte, em abrigos ou casas de passagem geridas pelo SUAS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que se destaca por sua atuação na defesa de direitos e na promoção da justiça social. O assistente social trabalha diretamente com indivíduos, grupos e comunidades, buscando melhorar suas condições de vida e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação e trabalho. Seu papel é essencial na mediação de conflitos e na formulação de estratégias que combatam a desigualdade e a exclusão social.

Ao longo do tempo, a profissão de assistente social passou por diversas transformações, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. O Serviço Social, que inicialmente era visto como uma prática assistencialista, evoluiu para uma profissão crítica e propositiva, voltada para a construção de políticas públicas e a garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Os assistentes sociais atuam em diferentes contextos, como na saúde, educação, sistema judiciário, previdência social e assistência social, entre outros. Essa amplitude de atuação reflete a importância da profissão no enfrentamento das problemáticas sociais que afetam as camadas mais desfavorecidas da população.

Além disso, o trabalho em equipes multi e interdisciplinares e a necessidade de uma atuação ética e fundamentada em legislações específicas, como o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993, reforçam o compromisso do assistente social com a transformação social. O uso da instrumentalidade na prática profissional também possibilita intervenções eficazes, orientadas por técnicas e métodos que permitem o diagnóstico e a ação precisa diante das complexas demandas sociais.

Significado Sócio-histórico da Profissão de Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão que surgiu em um contexto de transformações profundas nas estruturas econômicas e sociais, particularmente ligadas ao avanço do capitalismo industrial e à urbanização. O surgimento da profissão reflete a necessidade de lidar com as consequências sociais dessas mudanças, como o aumento da pobreza, desigualdade, precariedade das condições de trabalho e exclusão social. Para compreender o significado do Serviço Social, é fundamental olhar para o seu desenvolvimento sócio-histórico e como ele se configurou como uma prática voltada para a proteção social e a garantia de direitos.

1. Surgimento do Serviço Social no Mundo

O Serviço Social emergiu no final do século XIX e início do século XX, em países da Europa e nos Estados Unidos, como uma resposta às problemáticas sociais geradas pela Revolução Industrial. O crescimento acelerado das cidades, a exploração da classe

trabalhadora e as condições degradantes de vida de boa parte da população urbana expuseram a necessidade de intervenções organizadas para mitigar os efeitos da pobreza e da desigualdade.

Nessa época, o Serviço Social estava fortemente vinculado a instituições de caridade e à Igreja, sendo caracterizado por um caráter assistencialista e filantrópico. A ação social tinha, inicialmente, um foco religioso e moral, voltada para a ajuda aos mais pobres, sem uma análise crítica das causas estruturais que geravam a exclusão social. A profissão buscava, em seus primórdios, “disciplinar” os comportamentos dos pobres e promovê-los socialmente, com base em normas e valores da moral burguesa.

Nos Estados Unidos, o surgimento da Case Work (trabalho de caso) e dos Settlement Houses (casas comunitárias) deu origem a práticas de intervenção social organizadas, que viriam a influenciar o desenvolvimento da profissão em outras partes do mundo, incluindo o Brasil.

2. O Serviço Social no Brasil: Contexto e Evolução

No Brasil, o Serviço Social começou a ser estruturado como profissão nas décadas de 1930 e 1940, em um contexto de industrialização crescente e consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir dessa época, o Brasil vivia mudanças econômicas significativas, com o crescimento das cidades e a ampliação das classes urbanas, ao mesmo tempo em que a questão social se tornava mais visível, especialmente nas áreas de saúde, habitação e trabalho.

O Serviço Social brasileiro foi influenciado pelas experiências europeias, especialmente as práticas assistencialistas e católicas vindas da Bélgica e da França. Nesse período, a profissão estava ligada às organizações caritativas e à Igreja Católica, tendo como foco o atendimento às demandas imediatas dos pobres, em um caráter de benevolência e moralidade cristã. Essa fase assistencialista do Serviço Social no Brasil tinha como objetivo “aliviar” os problemas sociais, mas sem questionar profundamente suas causas estruturais.

A profissionalização formal do Serviço Social no Brasil se deu com a criação das primeiras escolas de Serviço Social. Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, vinculada à Igreja Católica, e em 1937 a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ambas tiveram como objetivo formar assistentes sociais para atuar em instituições de caridade e no campo da assistência social voltada para a classe trabalhadora.

3. Transformações e Crítica ao Assistencialismo

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil começou a passar por um processo de crítica ao seu caráter assistencialista. Com a emergência de movimentos sociais e políticos, como o movimento operário e a luta pelos direitos civis e sociais, os profissionais do Serviço Social começaram a questionar sua função limitada à ajuda caritativa e começaram a adotar uma postura mais crítica e propositiva, orientada para a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Esse processo de reconstrução teórica do Serviço Social foi influenciado pela Teoria Crítica e pelo marxismo, que trouxeram novas ferramentas para a análise das desigualdades sociais e das condições de vida dos trabalhadores. O Serviço Social passou a ser entendido como uma profissão que, além de lidar com as demandas imediatas da população, deveria buscar a transformação social e o fortalecimento da cidadania.

Foi nesse contexto que a profissão começou a se distanciar das práticas meramente assistenciais, para assumir um papel de mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas. O Código de Ética Profissional de 1993 consolidou essa visão crítica e progressista da profissão, orientando os assistentes sociais a atuar na defesa dos direitos humanos, na democratização das políticas públicas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. O Serviço Social e as Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão reconhecida como essencial para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas no Brasil. O assistente social atua em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, sistema judiciário, assistência social e previdência. Sua prática é guiada por uma análise crítica das causas estruturais da desigualdade social, trabalhando para reduzir as disparidades que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O significado sócio-histórico da profissão é marcado por seu compromisso com a justiça social, a cidadania e a democratização das políticas públicas. No Brasil contemporâneo, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na implementação de políticas sociais que garantem direitos básicos, como o acesso à saúde, educação, habitação e a proteção social de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros segmentos vulneráveis.

5. Desafios e Perspectivas para o Futuro

Apesar dos avanços, o Serviço Social ainda enfrenta desafios consideráveis no Brasil, como o subfinanciamento das políticas sociais, o aumento da desigualdade e a precarização do trabalho. Além disso, a profissão está em constante diálogo com as mudanças no contexto socioeconômico e político, que afetam diretamente a proteção social e a segurança dos direitos sociais.

A profissão precisa, portanto, manter seu compromisso com a análise crítica da realidade social e com a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adapta suas práticas para responder aos novos desafios impostos pela globalização, pelas crises econômicas e pelas transformações no mercado de trabalho.

Serviço Social e Sociedade

O Serviço Social desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, atuando diretamente na mediação entre as demandas sociais e as respostas do Estado, das instituições e da sociedade civil. A profissão tem como compromisso a promoção da justiça social, a garantia de direitos e a redução das desigualdades, colocando o assistente social como um agente de transformação social.

A relação entre o Serviço Social e a sociedade é historicamente complexa e permeada por desafios. A profissão surge e se consolida como uma resposta às demandas sociais geradas pelas crises econômicas, pela industrialização, pela urbanização e pelas transformações no mercado de trabalho, que afetaram dire-

tamente as condições de vida de amplos setores da população. O assistente social tem como objetivo mediar conflitos e buscar soluções coletivas e estruturadas para os problemas sociais, atuando tanto no nível individual quanto comunitário.

1. O Papel do Assistente Social na Sociedade

O assistente social tem um papel central na mediação das demandas sociais e na articulação de respostas adequadas através de políticas públicas e ações institucionais. A atuação desse profissional é diversa, abrangendo setores como saúde, educação, justiça, previdência e assistência social, entre outros.

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, o que torna a atuação do assistente social indispensável na promoção de um processo de inclusão social. No cenário atual, os assistentes sociais lidam diretamente com as consequências da desigualdade, como o aumento da pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a violência e a exclusão de grupos vulneráveis.

Os segmentos mais afetados por essas desigualdades incluem:

- Crianças e adolescentes em situação de risco.
- Idosos e pessoas com deficiência, muitas vezes desamparados ou com acesso limitado a cuidados e direitos.
- Pessoas em situação de rua e outros grupos em extrema vulnerabilidade social.
- Mulheres, especialmente vítimas de violência doméstica ou de exclusão econômica.
- Comunidades indígenas e quilombolas, que lutam pela preservação de seus direitos e culturas.

O papel do assistente social não se limita ao atendimento emergencial. Ele deve articular soluções coletivas, lutando pela implementação de políticas públicas estruturantes que promovam uma transformação mais ampla na sociedade. Isso envolve a proposição de mudanças no sistema social e econômico para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados e acessíveis a todos.

2. A Relação entre Serviço Social e Demandas Sociais

A relação entre o Serviço Social e as demandas sociais é direta e dinâmica. As demandas sociais são reflexo das contradições estruturais da sociedade, como a distribuição desigual de renda, as dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, e as falhas no atendimento das necessidades básicas da população.

O assistente social é um profissional que atua em várias frentes, desde o atendimento às demandas individuais até a organização de respostas coletivas, sempre com o intuito de empoderar os indivíduos e suas comunidades para que possam reivindicar e conquistar seus direitos. Entre as principais demandas sociais que o Serviço Social enfrenta estão:

- **Violação de direitos humanos:** Pessoas em situações de violência, negligência ou abandono frequentemente dependem da intervenção de assistentes sociais para acessar redes de proteção e defesa de seus direitos.

- **Acesso à saúde e educação:** Muitos cidadãos têm dificuldade em acessar serviços públicos essenciais, e o assistente social atua como um facilitador nesse processo, especialmente dentro de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e os programas educacionais.

- **Desigualdade e pobreza:** O enfrentamento da pobreza extrema e da exclusão social é um dos maiores desafios. O Serviço Social busca propor alternativas para promover a inclusão de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, muitas vezes por meio de programas de transferência de renda e ações de proteção social.

- **Assistência social:** A operacionalização dos direitos sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família (agora substituído pelo Auxílio Brasil) e outros programas de assistência, depende muitas vezes da intermediação de assistentes sociais.

3. A Intervenção do Serviço Social nas Políticas Públicas

O Serviço Social, ao longo de sua história, foi se consolidando como uma profissão estratégica para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas são instrumentos fundamentais para enfrentar as questões sociais, e os assistentes sociais desempenham um papel crucial na construção dessas respostas, atuando tanto no nível da gestão quanto na implementação dos programas.

Os assistentes sociais são profissionais que operam diretamente no campo das políticas de assistência social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e no campo da saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Também estão presentes em instituições de educação, justiça e previdência, promovendo o acesso aos serviços e direitos sociais, além de monitorar e avaliar a eficácia das políticas implementadas.

4. Desafios Contemporâneos para o Serviço Social e a Sociedade

Atualmente, o Serviço Social enfrenta desafios estruturais que são reflexo da crise social, econômica e política do Brasil. O aumento da pobreza, a precarização do trabalho e o desmonte de políticas públicas voltadas para os direitos sociais colocam uma pressão cada vez maior sobre os profissionais do Serviço Social. A seguir, destacam-se alguns dos principais desafios que o Serviço Social enfrenta na sociedade contemporânea:

4.1. Desigualdade Social e Pobreza

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda no mundo, e as diferenças sociais se acentuam em momentos de crise. A desigualdade afeta diretamente o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e emprego. O aumento da pobreza e da informalidade no trabalho, exacerbado pela crise econômica, impõe ao Serviço Social o desafio de enfrentar a exclusão social e propor alternativas que garantam maior inclusão dos setores marginalizados.

4.2. Precarização do Trabalho e Informalidade

A precarização do trabalho, com a crescente informalidade e a flexibilização das relações laborais, tem impactado diretamente o acesso à previdência e à proteção social. Assistentes sociais precisam lidar com as consequências desse processo, atendendo um número crescente de trabalhadores informais que não têm acesso a direitos básicos, como aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego.

4.3. Desmonte das Políticas Públicas

Nos últimos anos, houve um enfraquecimento das políticas sociais, com cortes de orçamento e redução de programas de assistência, o que dificulta a implementação de ações efetivas para enfrentar a desigualdade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, vem sofrendo redução de investimentos, o que afeta diretamente a qualidade e o alcance dos serviços oferecidos à população.

4.4. Novas Configurações Familiares e Sociais

As transformações nas configurações familiares, como o aumento de famílias monoparentais e as mudanças nos papéis de gênero, também trazem desafios ao Serviço Social. Assistentes sociais precisam se adaptar para atender essas novas realidades, com demandas que vão desde a proteção de famílias chefiadas por mulheres até o acolhimento de questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade.

5. O Compromisso do Serviço Social com a Justiça Social

Apesar dos desafios, o Serviço Social mantém seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A profissão se baseia em valores éticos e princípios que norteiam sua atuação, como o respeito à dignidade humana, a defesa dos direitos humanos, a promoção da igualdade e o combate a todas as formas de opressão e discriminação.

O assistente social é um profissional que, mais do que responder às demandas imediatas, busca construir respostas estruturais para os problemas sociais, promovendo a democratização do acesso aos direitos e a participação ativa da população nos processos de transformação social.

Instrumentalidade do Serviço Social

A instrumentalidade no Serviço Social refere-se à capacidade do assistente social de utilizar instrumentos, técnicas e métodos de forma eficaz para realizar suas intervenções junto aos indivíduos, grupos e comunidades. Trata-se de um conceito central para a profissão, pois permite que o assistente social combine suas competências teóricas e práticas, com o objetivo de transformar a realidade social. A instrumentalidade não se limita ao uso de ferramentas práticas, mas envolve a mediação entre o saber teórico e a ação prática, tornando a intervenção social mais eficaz e significativa.

A atuação profissional do assistente social exige uma capacidade crítica e reflexiva para interpretar as demandas sociais e, a partir dessa análise, propor intervenções que levem à garantia de direitos e ao enfrentamento das desigualdades. A instrumentalidade, nesse contexto, é o que permite ao profissional lidar com a complexidade da realidade social e oferecer respostas adequadas às diversas situações que surgem em seu campo de atuação.

1. Conceito de Instrumentalidade no Serviço Social

O conceito de instrumentalidade no Serviço Social é utilizado para expressar a forma como o assistente social utiliza recursos teóricos, metodológicos e técnicos para intervir nas diversas realidades em que atua. Esse conceito vai além do uso de ferramentas ou instrumentos específicos (como entrevistas ou relatórios), englobando a capacidade de articulação entre a teoria e a prática, a ética profissional e a visão crítica da sociedade.

A instrumentalidade, portanto, é entendida como uma dimensão operativa do trabalho do assistente social, permitindo que o conhecimento acumulado seja aplicado de maneira estratégica para responder às demandas sociais. Para isso, o profissional deve ser capaz de:

- Analisar criticamente a realidade social, considerando seus determinantes históricos, políticos e econômicos.
- Utilizar instrumentos técnicos (como entrevistas, visitas domiciliares, relatórios e estudos sociais) para obter informações relevantes.
- Aplicar metodologias adequadas para planejar, implementar e avaliar intervenções sociais.
- Mediar conflitos e demandas entre os sujeitos atendidos e as instituições públicas ou privadas.

A instrumentalidade está diretamente ligada à competência técnica e política do assistente social, que deve estar preparado para atuar em diferentes contextos e situações, seja no campo da saúde, educação, assistência social, justiça, ou outros setores.

2. Os Instrumentos do Serviço Social

No dia a dia da prática profissional, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos que facilitam sua intervenção. Esses instrumentos não são utilizados de forma mecânica, mas a partir de uma leitura crítica da situação social e dos objetivos que o profissional deseja alcançar. Entre os principais instrumentos do Serviço Social, destacam-se:

2.1. Entrevista Social

A entrevista social é um dos instrumentos mais utilizados pelo assistente social. Por meio dela, o profissional busca compreender as condições de vida, as demandas e os contextos dos indivíduos ou famílias que atende. A entrevista permite que o assistente social colete informações, identifique problemas e, a partir disso, planeje suas intervenções.

A eficácia da entrevista depende da habilidade do assistente social em escutar ativamente, construir um ambiente de confiança e garantir que os sujeitos tenham espaço para expressar suas dificuldades e necessidades. Ela pode ser utilizada em diferentes momentos da intervenção, desde o acolhimento até a avaliação dos resultados.

2.2. Visita Domiciliar

A visita domiciliar é outro instrumento importante, principalmente em situações que exigem a avaliação do ambiente familiar ou das condições de moradia. Durante a visita, o assistente social pode observar aspectos que não seriam revelados apenas pela entrevista, como a dinâmica familiar, as condições de higiene e saneamento, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Esse instrumento é amplamente utilizado em políticas de proteção à criança e ao adolescente, na assistência social, em ações de saúde pública e em programas de habitação. A visita domiciliar permite uma aproximação direta da realidade do usuário e contribui para um diagnóstico mais completo.

2.3. Relatório e Parecer Social

O relatório social é um documento técnico que apresenta uma análise detalhada da situação vivenciada pelos indivíduos, famílias ou grupos atendidos, com base nas informações coletadas em entrevistas, visitas domiciliares e outros procedimentos.

O relatório é uma peça fundamental para orientar decisões institucionais e jurídicas, sendo muitas vezes solicitado por juízes, gestores de políticas públicas ou outros profissionais.

O parecer social, por sua vez, é um documento mais específico, no qual o assistente social apresenta sua opinião técnica sobre uma situação particular, com base em sua análise profissional e nos dados coletados. Ele pode ser utilizado, por exemplo, em processos judiciais envolvendo tutela de menores, reintegração familiar ou concessão de benefícios assistenciais.

2.4. Estudo Social

O estudo social é uma ferramenta de análise mais ampla, que envolve a investigação aprofundada das condições sociais de um indivíduo, família ou comunidade. Diferente de um relatório ou parecer, o estudo social é mais detalhado e visa compreender de forma mais abrangente as relações sociais, culturais e econômicas que impactam a vida dos sujeitos envolvidos.

Esse instrumento é essencial em contextos complexos, como em intervenções relacionadas à violação de direitos, conflitos familiares ou problemas de saúde mental. O estudo social permite uma leitura crítica da realidade, com base na qual o assistente social pode elaborar estratégias de intervenção mais eficazes.

2.5. Planejamento de Intervenções

O planejamento é um dos instrumentos mais estratégicos da instrumentalidade do Serviço Social. A partir do planejamento, o assistente social pode organizar suas ações, definindo objetivos, metas e metodologias para alcançar os resultados esperados. O planejamento de uma intervenção social envolve a análise da situação problema, a definição dos recursos disponíveis, a escolha das ações a serem executadas e o acompanhamento do processo.

Esse planejamento pode ocorrer tanto em âmbito individual (com foco em um caso específico) quanto em nível coletivo, como na implementação de programas sociais e políticas públicas.

3. A Articulação Teoria e Prática no Serviço Social

A instrumentalidade do Serviço Social não se limita ao uso de técnicas e ferramentas operacionais. Ela envolve, acima de tudo, a articulação entre a teoria e a prática, que é fundamental para uma intervenção social crítica e eficiente. O assistente social deve ser capaz de aplicar seus conhecimentos teóricos à realidade concreta, desenvolvendo uma prática reflexiva e comprometida com a transformação social.

Essa articulação envolve:

- **A compreensão crítica da realidade social:** O assistente social deve ser capaz de analisar as condições sociais, políticas e econômicas que determinam a exclusão e a desigualdade, entendendo o contexto mais amplo em que as demandas sociais estão inseridas.

- **A análise das políticas públicas:** O profissional precisa conhecer as políticas públicas que podem impactar a vida dos usuários e atuar para garantir o acesso a esses direitos.

- **O uso estratégico dos instrumentos técnicos:** Ferramentas como entrevistas, visitas e relatórios são utilizadas para concretizar a prática teórica, sempre guiada por uma análise crítica e ética da realidade.